

## Ata da 14ª Reunião da Rede PNAFM Balneário Piçarras / SC

1. DATA E LOCAL	
Data: 11 e 12/05/2017	Local: Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras/SC
2. PARTICIPANTES	
Todos os constantes da lista de frequência (item 4).	
3. DIA 11/05/2017	
<p>A reunião foi aberta com a formação da mesa de autoridades composta pelos representantes da Caixa, do BID, da UEM Balneário Piçarras, pelos presidentes do COGEP (UCP e municipal) e pelo Prefeito do Balneário Piçarras/SC.</p> <p>Após as palavras de boas vindas, foi apresentada a palestra “<u>Novo sistema de gestão da Prefeitura do Balneário Piçarras/SC</u>” pelo Assessor Fazendário da Prefeitura, Alexander Pinto e pelo representante da empresa Geomais, Rafael Thiesen. O sistema que tem acesso 24 horas por dia é salvo em nuvem fora da prefeitura, sem gastos com pessoal, ar condicionado e backup e através dele pode ser feita a atualização cadastral dos contribuintes, expedição de alvará e certidões, parcelamento e reparcelamento de dívidas, consulta prévia de viabilidade para construção ou abertura de negócios, etc.</p> <p>Além disso, o sistema gerou uma majoração significativa da arrecadação, principalmente após a implantação do geoprocessamento, devido à expansão imobiliária do balneário.</p> <p>Felipe de São Paulo perguntou se a melhora da arrecadação foi devida à planta genérica de valores e Ana Wilvert de Piçarras informou que a planta não está sendo atualizada desde 2006 devido a uma liminar e que eles então decidiram fazer uma nova planta.</p> <p>Luiz perguntou se está sendo feito um levantamento sobre o reflexo na arrecadação do município em decorrência da opção de cobrança e Ana disse que o cartório dá uma resposta mensal e que o impacto social é mínimo pois os devedores são ricos. Luiz também perguntou se Piçarras usa o REFIS e Ana disse que ano passado tiveram que fazer devido a 70% de inadimplência no IPTU. No atual exercício acabaram com o REFIS e estão fazendo uma campanha de conscientização com os contribuintes, com desconto para pontualidade de pagamento no IPTU, anual e mensal.</p> <p>Rafael mostrou dados da base de imóveis que era de 2011. Todos os imóveis foram medidos, os dados foram lançados no site da prefeitura e com os recursos do PNAFM 2 foram atualizados. Agora 3 mil novos imóveis serão medidos e será elaborada uma nova carta de valores com notificação aos contribuintes. Ele ressaltou que se a planta de valores não for bem embasada ela é derrubada judicialmente e por isso é preciso ter um responsável técnico e documentos confiáveis.</p> <p>Rafael mostrou o mapa de Piçarras, com as fotos dos 30 mil imóveis e os nomes das ruas. A verificação em campo foi feita em 2011/2012. Em 2015 a própria equipe da prefeitura atualizou a base e foram taxados os imóveis no centro da cidade.</p> <p>Em seguida, foi apresentada a palestra “Rede BID Subnacionais” pelo Especialista em gestão fiscal do BID, José Tostes, o qual explicou a finalidade da rede que é criar um fórum para disseminação de experiências e intercâmbio de informações entre os entes subnacionais do Brasil e dos países da América do Sul, Central e do Norte.</p> <p>O financiamento para formação da rede será administrado pelo BID e dela podem participar entidades nacionais, SEFAZ, SEFIN, áreas de gestão fiscal, associações e federações ligadas à melhoria da gestão fiscal. Os recursos desta cooperação técnica serão usados para a elaboração de um plano de ação contendo etapas de formação da rede, formação de grupos temáticos de estudo e pesquisas, eventos de capacitação, fóruns regionais de debates e consultoria para avaliação de medidas de sustentação da rede.</p> <p>Além disso, haverá desenvolvimento de portal web, um banco de dados completo sobre as finanças dos países integrantes da rede, indicadores fiscais, disseminação de memórias dos fóruns e encontros, sendo que o primeiro acontecerá em setembro de 2017.</p> <p>Os resultados esperados são a melhora do processo de gestão fiscal, criação sustentável da rede, fortalecimento das entidades, maior acesso à informação e consciência dos arranjos institucionais para manter a rede permanentemente. A estrutura dessa rede será composta pelo BID e pelo grupo de diálogo técnico (GDT). O grupo será uma instância consultiva e de assessoria técnica da rede.</p> <p>Tostes convidou o COGEP a participar da rede e informou que também convidará a ABRASF e outras entidades que reúnam municípios. Ele mostrou as principais atividades do GDT e informou que a cooperação técnica terá a duração de 36 meses para estruturar a rede.</p> <p>Ressaltou que já houve a 1ª reunião onde foi criada a rede e que em breve o portal será disponibilizado. Além disso, serão feitas 8 pesquisas acadêmicas sobre temas da área fiscal e ele espera que a rede se transforme num foco de debates permanente.</p>	

## **Ata da 14ª Reunião da Rede PNAFM Balneário Piçarras / SC**

Luiz Palmeira reforçou a importância do trabalho em rede e lembrou a obrigatoriedade determinada pela lei de interação das esferas fiscais. Ele falou sobre o avanço que a rede COGEP teve e informou que os Estados já aderiram à rede. No PNAFM 3 a rede será beneficiada pois em cada reunião irão especialistas palestrar sobre temas fiscais.

Victor na condição de presidente do COGEP colocou a questão em votação e unanimemente foi aprovada a entrada do COGEP na Rede BID Subnacionais.

Na sequência, Sérgio Martins falou sobre desembolso do projeto 2.2 (variação cambial), informando que os 6 municípios desta carteira já receberam desembolso. E que com a queda do dólar não será possível desembolsar o valor total comprometido com os municípios. Sérgio comentou que todos os municípios estão com dificuldade para executar o valor total do projeto e que a modalidade reembolso traz alívio financeiro, porém, não modernidade. A UCP pretende desembolsar todos os recursos até junho.

Sérgio também informou que não haverá prorrogação e todos os projetos serão encerrados em outubro. A UCP fará visitas aos municípios para monitorar a execução. Se for preciso haverá revisão dos projetos para que as despesas sejam pagas via reembolso pois o recurso liberado não pode ser empregado em outras áreas. Após outubro as despesas serão pagas com recursos do município.

Sérgio lembrou aos presentes que não pode haver encerramento do projeto sem o pagamento da contrapartida.

A próxima palestra "O planejamento como ferramenta da gestão fiscal no município de Fortaleza" foi proferida pelo Jaime Cavalcante, Secretário Executivo das Finanças de Fortaleza. Ele iniciou informando que o trabalho foi dividido em duas etapas: FORTFISCO 1 e FORTFISCO 2 e que a SEFIN foi fundamental para o projeto dar certo.

Eles fazem reuniões mensais e quinzenais do comitê executivo onde os gerentes de projeto são cobrados. Fizeram uma reforma administrativa e um novo código tributário. Criaram as áreas de tecnologia e de planejamento e usam gestão compartilhada.

Decidiram criar um sistema próprio de gestão, contrataram 20 analistas, gastaram 3 milhões de reais e hoje o sistema roda muito bem. Jaime acha que toda cidade grande deve ter seu próprio sistema e não ficar dependente de empresas alheias à prefeitura.

O sistema contábil foi desenvolvido também pela prefeitura. Fortaleza tem 6 núcleos de atendimento para o IPTU. O projeto de educação fiscal nas escolas e universidades é realizado em parceria com a Receita Federal. Campanha para estimular crianças no conhecimento fiscal é feita através de desenhos, redações e poesias com prêmios como celulares e computadores.

Jaime informou que com o FORTFISCO eles melhoraram a mobilidade urbana e a procura por serviços públicos. O plano de governo do prefeito para 2017-2020 tem o projeto "Capacitar para planejar".

A Fundação Dom Cabral foi contratada para customizar o Planejamento Estratégico de Fortaleza e com isso fortaleceram a comunicação interna e externa. O FORTFISCO 2 tem 59 projetos.

Jaime também comentou sobre o FIDAF que é um fundo criado para premiar os auditores que mais arrecadam e visa tornar a SEFIN independente. Tostes reforçou que todo estímulo à produtividade gera resultados mas que é preciso que haja aferição da produtividade individual porque o nivelamento por baixo acaba extinguindo esse incentivo.

Sérgio sugeriu que Fortaleza disponibilize a sistemática de criação do FIDAF para os demais municípios. E Luiz pediu que Fortaleza mostre em outra reunião o que melhorou na arrecadação municipal com a instituição do FIDAF.

A última apresentação do primeiro dia foi feita em conjunto pelo José Tostes e pelo Luiz Palmeira sobre o IV EMDS – "Encontro dos municípios com o desenvolvimento sustentável" no qual houve a participação de 2 mil municípios. O Encontro foi dividido em temas como habitação, saúde, mobilidade urbana e gestão fiscal. O BID ficou responsável por 3 mesas temáticas sendo um dos temas a mais valia que trata da captura do solo para cobrança de tributos, com investimentos públicos. Foram mostrados vários exemplos de outros países e o Brasil deve começar a usar.

Uma das mesas temáticas foi sobre o IPTU e o subaproveitamento de sua base para outras áreas. Alguns prefeitos presentes reclamaram do lado político que o IPTU tem principalmente no que se refere a mudanças. Como exemplo, falaram que em Brasília faz 20 anos que não se atualiza o valor cobrado pelo IPTU. Em 2015 o governador do Distrito Federal solicitou a atualização a qual foi sumariamente rejeitada. Os prefeitos solicitaram que seja instituída uma lei nacional obrigando a revisão dos valores do IPTU e a atualização da planta de valores anualmente.

José Tostes falou que fez um estudo sobre o REFIS e que os programas de benefício de redução de multa e juros eram frequentes antes de 1988. Com a nova Constituição houve o entendimento que eles eram prejudiciais mas mesmo assim voltaram a ser adotados pelas Prefeituras no ano de 2000. Tostes disse que o REFIS é pernicioso para as finanças brasileiras.

Gutemberg de Campo Grande perguntou se algum município faz o parcelamento de dívidas com pagamento em cartão

## **Ata da 14ª Reunião da Rede PNAFM Balneário Piçarras / SC**

de crédito. José Tostes desconhece e informou que a Receita Federal do Brasil iniciou um projeto para pagamento de tributos e dívidas com cartão de crédito mas não seguiu adiante devido às altas taxas que as administradoras de cartão cobram. Tostes disse que o uso do cartão de crédito para pagar tributos é largamente utilizado em outros países. Luciano disse que São Paulo recebeu várias propostas de administradoras mas não compensa.

Tostes comentou que é preciso que se limitem os REFIS. Luiz Palmeira comentou que os REFIS servem apenas para fazer uma injeção imediata de recursos nos caixas das Prefeituras. Foi proposto no IV EMDS a inserção de dispositivo na Lei de Responsabilidade Fiscal vedando os programas de REFIS.

Em seguida, Tostes mostrou quadro com estudo comparativo de 3 períodos: 2007, 2011 e 2015. Houve crescimento de tributos municipais no percentual de 66%. Por outro lado, cresceu o endividamento dos municípios em 208%. Ou seja, apesar do crescimento os municípios ainda dependem das transferências da União e tem sua autonomia municipal muito reduzida.

Tostes deixou a mensagem que é preciso diminuir essa dependência dos municípios em relação à União. Ele também solicitou que no próximo EMDS a rede COGEP tenha presença mais atuante.

Luiz elogiou a apresentação de Fortaleza no IV EMDS. Ele também disse que programas de modernização têm que ser considerados investimento para o município, trazendo retorno para a sociedade, lucro se for o caso ou prejuízo. Também disse que há potencial a ser explorado: atualização da planta de valores e da base de cálculo do IPTU, melhoria do potencial de arrecadação do IPTU, concessão de prêmios para contribuintes adimplentes, educação fiscal nas escolas, revisão de benefícios fiscais e de isenção concedidas.

O 2º dia da reunião iniciou-se com o Sérgio Martins falando sobre as Demonstrações Financeiras, ressaltando a importância de sua apresentação por parte dos municípios uma vez que elas impactam nas Demonstrações Financeiras do programa PNAFM como um todo. Ele está ciente que as UEM são dissolvidas quando acaba o projeto, o que faz com que a UCP tenha dificuldade para obter informações sobre os ganhos que o projeto deu ao município. Sérgio disse que a UCP se disponibiliza a ajudar na elaboração do PCR e das Demonstrações Financeiras.

Sérgio disse que as prestações de conta/pagamentos são feitos pelo SIAPM que é alimentado pela Caixa e que a UEM precisa fazer a conciliação financeira e escrever as notas explicativas. O SIGFIN emite os mesmos relatórios que o SIAPM e se houver discrepância, pedir ajuda à UCP.

O prazo para entrega das Demonstrações Financeiras é de 30 dias após o encerramento do projeto e de 60 dias para o PCR.

Os relatórios precisam ser assinados pelo Coordenador Geral e pelo Coordenador Financeiro da UEM. Por isso a importância de manter a UEM funcionando até a entrega dos citados documentos. Sérgio recomendou que as UEM tentem executar todo o projeto dentro do período de sua gestão porque quando chegam novas equipes, às vezes descontinuam o projeto.

Sérgio mostrou a posição de encerramento de todos os municípios, com as datas. Barra Mansa deixou de aplicar 8,33% dos recursos de seu projeto. Rio do Sul teve 7,33% não executado devido à troca de gestão. Brasília, Fortaleza, Mesquita e São Paulo gastaram todo o recurso. Campo Grande e São Bernardo do Campo estão sendo motivo de preocupação para a UCP.

Sérgio relacionou os municípios que estão devendo a contrapartida, aqueles que não entregaram o relatório de monitoramento e os que não entregaram o PCR. Ele também mostrou o relatório de auditoria com sugestões e recomendações para alguns municípios. Luiz informou que Florianópolis, Gravatá, Indaial e Mossoró têm pendências vencidas.

Victor do Rio perguntou sobre a simplificação proposta para o relatório de monitoramento e Luiz disse que o modelo é determinado pelo BID. Luiz solicitou que os municípios aprimorem as informações prestadas principalmente aquelas sobre o impacto causado pelo projeto no município.

Finalizando esse assunto, Sérgio mostrou as orientações para o encerramento do projeto: conciliação financeira e contábil, devolução dos recursos financeiros fonte BID e transferência dos saldos de fonte local. Lembrou que é preciso manter a documentação do programa por 5 anos para auditoria e que a dívida do município em relação ao empréstimo deve ser acompanhada pela área de orçamento e contabilidade da prefeitura.

Luiz Palmeira assumiu a palavra registrando a presença de dois ex-presidentes do COGEP na reunião, Felipe Asmuz e Helio Correa. Em seguida, ele iniciou seu tema sobre a integração PNAFM e PROFISCO esclarecendo que a forma de trabalho envolverá outros componentes como dívida ativa, educação fiscal e outros assuntos.

Como os projetos estão em fase de encerramento faremos só mais uma reunião no final de setembro e para construir a agenda conjunta com os 3 níveis de governo, a reunião deverá ser em uma capital de estado para facilitar. Fortaleza então

## **Ata da 14ª Reunião da Rede PNAFM Balneário Piçarras / SC**

se candidatou a receber a 15ª Reunião do COGEP a qual contará com o apoio do CENTRESAF/CE e do PROFISCO/CE na pessoa da Sandra Machado, além da presença do Procurador da Fazenda Nacional Daniel Saboya.

Victor do Rio perguntou se num processo de compras pode haver contato direto com o BID para elucidação de dúvidas e Tostes disse que sim e que sempre o banco dá treinamento sobre esse assunto. Luiz informou que na 1ª reunião do PNAFM 3 o BID levará um especialista em aquisições para palestrar.

Jaime da SEFIN/Fortaleza convidará os Estados brasileiros a participar dessa reunião.

José Tostes aproveitou para convidar todos os presentes a participar do Seminário internacional “Tributo ao Brasil – A reforma que queremos”, que será realizado em São Paulo, nos dias 29 e 30 de maio próximos no Hotel Renaissance. O seminário será conduzido pelo BID e contará com palestrantes argentinos e espanhóis, além da presença do Secretário Executivo do MF, Eduardo Guardia, e do senhor Marcio Verdi do Centro Interamericano de Administrações Tributárias. O foco principal do Seminário é a apresentação de saídas para a crise do sistema de tributação do consumo no Brasil.

Luiz Palmeira falou que foi revista a concepção do PNAFM 3 priorizando-se resultados de impacto e o aumento da carteira de municípios atendidos. As regras serão mudadas e ajustadas, inclusive para atender à determinação do Ministro da Fazenda no que diz respeito à simplificação tributária. Dentre as novas regras foram citadas:

- ✓ A UEM terá que ser subordinada à SEFIN ou à SEFAZ;
- ✓ As faixas dos empréstimos por população serão em 4 agrupamentos;
- ✓ Os prazos dos projetos serão definidos de acordo com os prazos de execução dos produtos. A prorrogação ficará a critério da UCP;
- ✓ Haverá um produto obrigatório: IPTU com atualização de cadastro e planta geral de valores, para municípios médios e grandes;
- ✓ Adesão ao REDESIM; Registro dos dados no SICONFI
- ✓ Adesão à Nota fiscal eletrônica de serviços harmonizada, quando da assinatura do contrato de subempréstimo.

Tostes fez um parêntese e esclareceu que o BID exige uma demonstração de resultado do programa PNAFM e que o Tesouro Nacional se preocupa com a recuperação do equilíbrio fiscal dos 3 níveis de governo. Ou seja, o Tesouro exige que os programas de modernização da gestão fiscal produzam resultados a curto prazo. Os produtos tem que ser de fácil execução e que tenham impacto na melhoria da gestão fiscal.

Luiz informou que a UCP vai liberar e divulgar o rol de indicadores quando da assinatura e do detalhamento do projeto. Felipe Asmuz falou sobre os indicadores FECAN e sugeriu uma matriz diagnóstica básica (fotografia do município). No SEEMP corresponde à linha de base, na apresentação do projeto. Felipe sugeriu não focar apenas na administração mas também no gasto.

Luiz informou que haverá nota de corte na aprovação de projetos e que foi reduzido o número de produtos, os quais agora terão peso. Por exemplo, mobiliário peso 2, geo peso 10. A UCP quer projetos que deem resultado alto para a sociedade. A ordem de chegada dos projetos será observada pela UCP.

O fluxo de aprovação será na seguinte ordem: UCP, BID, CAIXA, STN.

Quando for assinado o contrato, a UCP divulgará o rol de produtos com as notas de cada um.

Quando a UCP aprovar um projeto, essa aprovação terá validade de 180 dias. As faixas vão estar ativas por 180 dias e após esse prazo o somatório dos saldos ficará à disposição de todos os municípios por ordem de aprovação dos projetos pela STN.

A elaboração dos projetos será exclusivamente no SEEMP.

Provavelmente em junho haverá 5 workshops com turmas de 100 pessoas cada, divididas por regiões, 3 dias de trabalho. Poderão participar 2 servidores por município, sendo preferencialmente um da área institucional e outro da operacional. Serão abordados temas como lições aprendidas, resultados do programa e divulgação das regras do PNAFM 3.

A UCP divulgará os insumos que não serão financiáveis como aquisições de veículos e obras. Os percentuais serão mantidos mas serão mais flexíveis.

Encerrando-se esse tema, foram feitos os agradecimentos à equipe da UEM do Balneário Piçarras pela sincera acolhida aos presentes e finalizada a reunião.



**Ata da 14ª Reunião da Rede PNAFM  
Balneário Piçarras / SC**

**4. LISTA DE FREQUÊNCIA**



**LISTA DE PRESENÇA**

NOME	ÓRGÃO / CIDADE	UF	DIA 11/05/2017	DIA 12/05/2017
ALEXANDRE ALVES FERRAZ	MESQUITA	RJ		
ANA LÚCIA WILVERT	BALNEÁRIO PIÇARRAS	SC		
ANDERSON MILTON DONIZETE BARCELOS	FLORIANÓPOLIS	SC		
CARLA DAMAS GRILLI	BALNEÁRIO PIÇARRAS	SC		
CLAUS INGOMAR GRUETZMACHER	POMERODE	SC		
DAVID HERZOG	POMERODE	SC		
DIEGO ROMEIRO FIDALGO DE SOUSA	CAIXA	DF		
EDLENE VALENTE BENEVIDES	FORTALEZA	CE		
EDUARDO LOPES JONKER	BIGUAÇU	SC		
ELIANE ALMEIDA DE VILHENA TOTTI	RIO DE JANEIRO	RJ		
FELIPE TOLEDO BITTAR	SÃO PAULO	SP		
FLÁVIO JOSÉ PINHEIRO <sup>Prato</sup>	MESQUITA	RJ		
FRANCISCO DE ASSIS FALCÃO <del>DA SILVA</del>	FORTALEZA	CE		
GENRADO RIEMER	POMERODE	SC		
GUISELA CAMPANA PORTELA	MESQUITA	RJ		
GUTEMBERG FERREIRA DE VARGAS JUNIOR	CAMPO GRANDE	MS		
HELIO BITTENCOURT GONZAGA FILHO	BRASÍLIA	DF		
ISOLD THUROW	INDAIAL	SC		
ISRAEL ANTONIO MORETTI	INDAIAL	SC		



**Ata da 14ª Reunião da Rede PNAFM  
Balneário Piçarras / SC**



**14ª REUNIÃO DO COMITÊ**  
Balneário Piçarras - SC, 11 e 12/05/2017

**LISTA DE PRESENÇA**

NOME	ÓRGÃO / CIDADE	UF	DIA 11/05/2017	DIA 12/05/2017
JAIME CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE FILHO	FORTALEZA	CE		
JAIME EDUARDO JENSEN	POMERODE	SC		
JACEMAR BITTENCOURT DE SOUZA	SR NORTE SANTA CATARINA	SC		
JOSÉ BARROSO TOSTES NETO	BID	DF	Compareceu mas não assinou	
KÁTIA ERICEIRA LOBO BORBA	BALNEÁRIO PIÇARRAS	SC		
KLEIDINAR ALVES DE FARIA	BRASÍLIA	DF		
LEANDRO DOMINGUES	FLORIANÓPOLIS	SC		
LEONEL JOSÉ MARTINS (PREFEITO)	BALNEÁRIO PIÇARRAS	SC	Compareceu a	abertura da reunião
LÍCIA MARIA VIANA BEZERRA	FORTALEZA	CE		
LUCIANO FELIPE DE PAULA CAPATO	SÃO PAULO	SP		
LUIZ ALBERTO DE ALMEIDA PALMEIRA	UCP	DF		
MARIANA BLANK STORTZ	POMERODE	SC		
MARISE SIQUEIRA CARNEIRO DA FONTOURA	FLORIANÓPOLIS	SC		
MATHEUS HOFFMANN MACHADO	BIGUAÇU	SC		
PATRICIA NICKHORN E SILVA	INDIAL	SC		
REGIANE REGINA CORREA DAS NEVES	BALNEÁRIO PIÇARRAS	SC		
RODRIGO DE ANDRADE	SÃO JOSÉ	SC		
SANDRA CARMEM DA SILVA	GRAVATÁ	PE		
SÉRGIO MARTINS DA SILVA	UCP	DF		





**COGEP**  
Comitê Gestor da Rede PNAFM

**Ata da 14ª Reunião da Rede PNAFM  
Balneário Piçarras / SC**



**COGEP**  
Comitê Gestor da Rede PNAFM

**14ª REUNIÃO DO COMITÊ**  
Balneário Piçarras - SC, 11 e 12/05/2017

**LISTA DE PRESENÇA**

NOME	ÓRGÃO / CIDADE	UF	DIA 11/05/2017	DIA 12/05/2017
SILVANA DALLAGNOL	BALNEÁRIO PIÇARRAS	SC	Joquiel	Joquiel
SILVIO CESAR DA SILVA	INDAIAL	SC		
VANUSA CRISTINA SOSTER	INDAIAL	SC	Vanusa Cr. Soster	Vanusa Cr. Soster
VICTOR ZAJDHAF	RIO DE JANEIRO	RJ		
WILZA TOSCANO DE ALMEIDA	UCP	DF	Wilza Toscano	Wilza Toscano
Rosemeire Lisardi Stahnke	Prefeitura Indaial	SC	Rosemeire Stahnke	Rosemeire Stahnke
Felipe Assis	Coburno	SE		
Helio M. Corrêa Jr	Convidado	SP		